

TRADIÇÃO E MEMÓRIA: CRÍTICA AMBIENTAL ENTRE O PENSAMENTO DE JOSÉ BONIFÁCIO E EUCLIDES DA CUNHA

Prof^a Esp. Daniela Fontenele Rocha
Aluna do PPGHB-Universidade Federal do Piauí
daniellafontenele@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar a obra do escritor Euclides da Cunha como um crítico ambiental que deu continuidade a uma forma de pensar que foi veementemente defendida por José Bonifácio. Logo, interessa-nos analisar as interconexões das narrativas de Euclides da Cunha e José Bonifácio no âmbito das análises sobre a dinâmica da natureza. O primeiro autor tem sua obra contextualizada nos tempos da República; já o segundo, foi um dos baluartes da Independência do Brasil. Para tanto, essa crítica ambiental presente em Euclides da Cunha é mais expressiva nas obras de *Os sertões*, *à margem da história*, poema e correspondência. A partir dessa identificação procuraremos desenvolver um método comparativo entre os escritos de Cunha e as formas de pensar de Bonifácio. É por meio dessa comparação que percebemos um pensar que se entrecruzam, seja a partir das abordagens teóricas de Alexander Von Humboldt, que é um cientista natural presente e que influenciou ambos; ou pela forma de narrar as conjecturas de um pensamento ecológico sobre o Brasil.

Palavras-chaves: Euclides da Cunha, Tradição, Memória, natureza, José Bonifácio.

Introdução

Este artigo pretende apresentar Euclides da Cunha a partir dos seus escritos no livro *Os sertões*, em *à margem da história*, em poemas e correspondências escritas por esse autor no final do século XIX. Este autor é repleto de singularidades, uma delas destaca-se, a responsabilidade que foi impressa às suas narrativas ao dá continuidade a uma memória pertencente a uma tradição de pensamento que foi precedida por José Bonifácio. Este no período imperial e aquele no final do século XIX e início da República Velha. Ambos teceram uma memória no qual se enquadra a as críticas ambientais em que podemos considerar de uma abordagem moderna, pois não era um tema comum entre a intelectualidade no Brasil, exceto, aqueles que receberam diretamente uma formação fora do Brasil, sobretudo, na Europa.

Um dos historiadores que aponta José Bonifácio como pertencente a uma memória constituída em uma tradição de crítica à destruição ambiental chama-se José Augusto Pádua. Este pesquisador tem larga experiência com a temática da “História

ambiental”, pois seus estudos e projetos de pesquisas culminam para essa tendência analítica, sobretudo, nas ideias relacionadas à natureza. Entre suas obras, destacamos *Um sopro de Destruição* (PÁDUA, 2004). Com essa obra o historiador traçou especificidades filigranadas sobre Euclides da Cunha e identificando-o como um escritor pertencente a uma tradição sobre esse pensar, sobre memórias que versam a favor da conservação da natureza.

Embora Pádua aponte essa discussão, não a desenvolveu, apenas pontuou como uma possibilidade de questionamentos para pesquisas futuras. Além dessa questão, a análise de alguns conceitos de memória coletiva apresentados por Jacques Le Goff e Maurice Halbwac contribuem para a conferência do escritor Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha como um sujeito que pertence à tradição que constituem memórias coletivas que se enlaçam a um despertar do inconsciente sobre destruição da natureza.

Memória e tradição

Como esse trabalho trata-se do que foi escrito por um sujeito, poderíamos dizer a partir da análise do livro de Jacques Le Goff *História e memória* que a escrita de Euclides da Cunha faz parte de uma memória mecanizada, que corresponde a uma memória centrada na escrita o que difere das memórias passadas por meio da oralidade, onde a memória coletiva pode ser identificada através de cantos por exemplo (LE GOFF, 2003,p. 369). Assim, pode-se perceber que ao falar sobre a memória coletiva no âmbito do escrito, ele apresenta uma trajetória da memória, sobretudo, da memória coletiva, que vai desde o oral, o escrito ao técnico, pois é nesse escrito que se faz presente a memória de uma natureza vista e pensada por Euclides da Cunha que se articulou com os pensamentos presentes nas escritas de vários sujeitos como o caso de José Bonifácio na primeira metade do século XIX.

Embora Jacques Le Goff conceitue a memória escrita como uma memória mecanizada não se pode deixar de levar em consideração que esta também pertence a uma memória coletiva. Esse tipo de memória, segundo Le Goff, faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. É nesse processo de memória coletiva dita escrita e,

portanto mecanizada que pertence às críticas ambientais presentes na escrita de Euclides da Cunha.

Ainda nessa obra o historiador Jacques Le Goff ao questionar sobre o conceito de história, abordou sobre seis tipos de problemas ao qual na sexta problemática o mesmo apresenta:

“A idéia da história como história do homem foi substituída pela idéia da história como história dos homens em sociedade. Mas será que existe, se é que pode existir, somente uma história do homem? Já se desenvolveu uma história do clima – não se deveria escrever também uma história da natureza? (LE GOFF, 2003, p. 05).

A partir da análise de Le Goff verifica-se como a temática da natureza é importante como um estudo dentro do campo história juntamente com o homem e o tempo. Assim, por meio desse questionamento de Le Goff percebemos que o conceito da história apresentado por Marc Bloch de que “a história é o estudo do homem no tempo” (2001, p.52), está inerente à ideia da história do homem em sociedade e na natureza, isto é, o espaço no qual se constroem relações do homem em sociedades no tempo e em um determinado espaço. Espaços nos quais também se constituem as memórias. Esse estudo sobre a natureza ou paisagem foi apresentado por diferentes escritores até chegar a Euclides da Cunha, o que faz situá-lo dentro de uma tradição.

Desde o período imperial, foi se constituindo uma tradição de pensamento em que se faziam críticas pelas destruições provocadas no meio-ambiente, por um atraso tecnológico, por falta de progresso. Esse pensamento esteve associado, muitas vezes, ao pensamento sobre a identidade da nação brasileira, desde o concurso implantado pelo IHGB em 1838. Segundo Arno Wehling Nacionalismo, Romantismo, Historicismo, são características nos documentos referentes à fundação desse Instituto. Nacionalismo, por reconstruir a história pátria, recorrendo à temática indígena, já que não dispunham de um passado medieval. Romantismo, pela idealização das riquezas naturais do país. Por fim, historicismo, pela ideia de progresso (1983, p. 16). Por tanto, romantismo e historicismos são elementos que percebemos presentes nos escritos de Euclides da Cunha.

Contudo, abordar o pensamento de Cunha pertencente a uma tradição sobre a defesa do meio ambiente nos leva a acreditar em um pensamento que pertence a uma memória coletiva bastante conceituada por Maurice Halbwach. O mesmo ao tratar sobre

a *Memória Coletiva* aponta que só podemos abordá-la a partir do momento em que evocamos um evento que teve lugar na vida de nosso grupo. Mas, mediante tal argumento, afinal, que evento e em que grupo estaria associado Euclides da Cunha?

Podemos apontá-lo que o evento seria danos que estavam sendo causada pelo homem na natureza, como as práticas de queimadas feitas por agricultores como um exemplo, discussão esta presente na segunda parte de *os sertões* titulada como *o homem*. E o grupo seria o de intelectuais que fizeram crítica ambiental como o caso de José Bonifácio que já vinha dando continuidade aos estudos que vieram desde a Universidade de Coimbra orientada pelo naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816) (PÁDUA, 2000, p. 120).

A memória e a história são diferentes para Maurice Halbwachs ao comparar e definir a memória como uma corrente de pensamento contínuo e que ultrapassa os limites do grupo. Enquanto na história ha impressão que de um período a outro tudo de renova. Assim aponta que:

[...]. Mesmo quando o historiador escreve a história de seu país, ele se esforça em reunir um conjunto de fatos que poderá ser justaposto a outro conjunto, à história de outro país, de maneira que não haja de um a outro nenhuma solução de continuidade, e, que dentro do panorama total da história da Europa, encontremos não a reunião de vários pontos de vista nacionais sobre os fatos, antes porém a série e a totalidade dos fatos tais como são, não para tal país ou para tal grupo, mas independentemente de qualquer julgamento de grupo. Então, dentro de um tal quadro, as divisões propriamente que separam os países são fatos históricos do mesmo valor que os outros. [...]. (HALBWACHS, 2006, p. 85).

Assim, dessa explanação pode-se inferir que na memória está presente uma ideia de continuidade. É nesse prosseguimento de memória que forma tradições onde está situado o escritor Euclides da Cunha. Esta tradição se enquadra dentro de um processo onde o naturalista Humboldt foi bem referenciado por vários intelectuais, inclusive por Cunha.

Entre José Bonifácio e Euclides da Cunha: interfaces de um discurso

É por meio desses dois intelectuais que podemos perceber como o olhar sobre a natureza é marca central na escrita desses autores. Percebemos que imprimiram nas suas narrativas discursos para uma consciência ecológica, por estarem também pensando nas questões sociais. Na produção de José Bonifácio de Andrada e Silva ao escrever

Representação à assembleia geral constituinte e legislativa do império do Brasil sobre a escravidão e Euclides da Cunha em *Os sertões*.

Dois intelectuais com trajetórias distintas uma da outra, produzidos em lugares diferentes e tempos históricos não tão distantes, mas que deram importância nas suas formas de escrever, constituindo uma consciência ecológica nas suas escritas. Logo, são predecessores, muito antes da crise ambiental global que começou a demarcar a década de 1960 nas academias¹. Temos, então, acontecimentos históricos importantíssimos que marcam indelevelmente as narrativas desses sujeitos, escritos que se interligam pelo tema, mas se distanciam pelo recorte temporal. De um lado, temos Bonifácio que vivenciou as discussões políticas sobre a Independência do Brasil; do outro, as discussões que versam sobre a Proclamação da República.

José Bonifácio, que foi político e tutor de D. Pedro II no período imperial, ao escrever *Representação à assembleia geral constituinte e legislativa do império do Brasil sobre a escravidão*, publicado em 1825, destacou alguns pontos nos quais está presente temática ambientalista como, por exemplo, o equilíbrio ecológico ameaçado, apontando que, “com efeito, Senhores, Nação nenhuma talvez peccou mais contra a humanidade do que a portugueza, de que fazíamos outr’ora parte. Andou sempre devastando não só as terras d’África e d’Ásia, como dice Camões, mas igualmente as do nosso país”. (BONIFÁCIO, 1825, p. 8).

Esse intelectual e político não só faz críticas aos métodos atrasados no desenvolvimento da atividade do açúcar, mas propunha a inserção de outros métodos que possam diminuir a quantidade de braços humanos, como o braço escravo, assim aborda:

Demais, huma vez que acabe o pessimo methodo da lavoura de destruir matas para esterilizar terrenos em rapida progressão, e se forem introduzindo os melhoramentos da cultura europea, de certo com poucos braços, á favor dos arados e outros instrumentos rusticos, a agricultura ganhará pés diariamente, as *fazendas* serão estaveis, e o terreno, quanto mais trabalhado, mais fertil ficará. A Natureza próvida, e sabia em toda e qualquer parte do Globo, dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum paiz

¹ A década de 1960 foi um período que grandes movimentos sociais como consequências de série de questionamentos provocadas pela guerra fria assim como de contestação ao sistema capitalista. Dentre esses movimentos temos os ambientalistas que passaram a centrar discussões em torno das questões ambientais. Isso influenciou as academias reavaliarem as questões ambientais em seus estudos, inclusive na área da História. Autores como Donald Worster, José Augusto Drummond e José Augusto Pádua abordam essa discussão na área da História que ficou conhecida a partir da década de 1970 como história ambiental.

necessita de braços estranho e forçados para ser rico e cultivado.
(BONIFÁCIO, 1825, p.15)

Na citação supracitada é perceptível a ênfase a preocupação que José Bonifácio esboça sobre os usos do “péssimo método da lavoura”, que definha a produção e leva esses homens a “destruir matas para esterilizar terrenos em rápida progressão”. Destarte, defende o autor, a necessidade de modernizar a agricultura, “introduzindo os melhoramentos da cultura europeia”; segundo este, somente os “arados e outros instrumentos rústicos” poderiam balizar essa produção.

Para tanto, o discurso de Jose Bonifácio expressa um posicionando político no qual a exploração da terra sem métodos modernos e adequados leva a uma destruição do meio ambiente, provocando a sua esterilização. Essa defesa é vista hoje por ambientalistas mais recentes, como uma concepção da linha conservacionista². Que seja, uma orientação que propõe a exploração da natureza, mas que intui a conciliar a utilização da terra ao desenvolvimento econômico.

A questão da destruição da natureza apresentada como males particulares que trouxe a escravatura no Brasil, continua ainda a ser destacada por José Bonifácio quando enfatiza:

Se os senhores de terras não tivessem huma multidão demasiada de escravos, elles mesmos aproveitarião terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas como maninhas. Nossas matas preciosas em madeiras de construção civil e nautica não serião destruídas pelo machado assassino do negro, e pelas chamas devastadôras da ignorancia. Os cumes de nossas serras, fonte perenne de humidade e fertilidade para as terras baixas, e de circulação electrica, não estarião escalvados e tostados pelos ardentes estios do nosso clima. He pois evidente, que se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietarios, ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas em terras, mórmente nas visinhanças das grandes povoações, onde se acha sempre hum mercado certo, prompto e proveitoso, e deste modo se conservarão, como herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso bello paiz. (BONIFÁCIO, 1825, p. 18).

É perceptível neste fragmento como as problemáticas que envolvem a natureza estão inerente ao movimento econômico, pois usar mão de obra escrava era mais barato do que usar as ferramentas tecnológicas para a época, ferramentas que, segundo Bonifácio, não era prejudicial à terra. Esta questão é uma percepção política que se ver

² Esse pensamento é presente na maioria dos ambientalistas, a linha conservacionista é presente na Comissão Mundial sobre Meio ambiente e desenvolvimento de 1988.

presente nos tempos atuais e que influenciaram as preocupações em torno do debate da natureza.

A leitura da obra de José Bonifácio nos mostra ainda o quanto a natureza fez parte do debate político e que recentemente mostra estar presente devido à emergência ambiental. O pensamento de Bonifácio sobre a natureza é de que:

[...] A natureza fez tudo á nosso favor, nós porem pouco ou nada temos feito a favor da natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas, que temos roteado, são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores activos e instruidos, estão desconhecidas, ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, victimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoismo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favorêção a vegetação, e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso bello Brasil em menos de dois seculos ficará reduzido aos páramos e desertos da Libya. Virá então esse dia (dia terrivel e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes commettidos. (BONIFÁCIO, 1825, p.38).

José Bonifácio percebe a natureza como um espaço mal aproveitado, ao criticar a falta de mão-de-obra instruída, o uso de machado e prática de queimadas como técnicas atrasadas no trabalho com a terra. Além disso, apresenta uma consequência negativa disso para a terra, ao comparar que “ficará reduzida aos paramos e desertos da Líbia”. Segundo Pádua, esse entendimento de Bonifácio sobre a desertificação dessa região era um produto da ação humana significando um futuro sombrio das sociedades que atuavam de forma nociva para com seu ambiente natural (2000, p. 125).

Na introdução de *Um sopro de destruição* José Augusto Pádua apresenta um tópico no qual busca uma tradição intelectual esquecida e é através de José Bonifácio que ele vai perceber essa tradição³. Isso ficou evidente quando observou que esses pensadores estabelecem uma linguagem onde autores mais recentes citaram os mais antigos, promovendo uma dinâmica coletiva de produção intelectual.

É nessa produção intelectual que José Augusto Pádua cita Euclides da Cunha como um intelectual posterior a José Bonifácio e que também apresenta um enfoque ilustrado, político e progressista que continuou dominando a crítica ambiental brasileira. Assim, Pádua cita Cunha ao dizer que “ultrapassando os marcos cronológicos deste

³ PÁDUA, José Augusto. Introdução. In: *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 9-32.

livro, em ensaístas da primeira República, como Euclides da Cunha e Alberto Torres”. (PÁDUA, 2004, p. 16).

A análise do objetivo desse artigo partiu desse ponto, onde perceberemos que o autor d’os sertões se enquadra dentro dessa memória coletiva de intelectuais que escreveram sobre críticas ambientais. Porém não é só nesse ponto, outro faz referência quanto ao fato de autores recentes citarem autores mais antigos. Por exemplo, o viajante naturalista Alexander Von Humboldt é identificado nas referências tanto de José Bonifácio quanto de Euclides da Cunha.

Essa referência a Humboldt é percebida na leitura do ensaio de Euclides da Cunha intitulado *à margem da história* obra que se constituiu como um conjunto de ensaios publicados em 1909, ano da morte do autor e fruto de sua viagem pela região amazônica. Na primeira parte ao falar das impressões gerais sobre o lugar, começa citando Humboldt ao argumentar:

[...]A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* a que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a hiléia prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazona real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. [...]. (CUNHA, 1967, p.11)

Pode-se perceber Euclides da Cunha referenciando Humboldt o que o promove dentro do quadro de intelectuais presentes numa tradição de pensamento ecológico que vem desde antes de José Bonifácio. Dessa maneira, Euclides da Cunha é um dos escritores posterior a Bonifácio e que deu continuidade a essa tradição de pensamento.

Quanto à ligação de Bonifácio a Humboldt Pádua anunciou a partir da análise da biografia do patriarca da independência do Brasil algumas impressões que o apontam como pertencente a uma genealogia do pensamento ecológico, como a de Alexandre Von Humboldt e do Botânico Jussieu, pois ele teve contato com esses pensadores. Dessa análise sugere que enquanto Euclides da Cunha teve contato com Humboldt através de leituras, José Bonifácio chegou a conhecê-lo pessoalmente.

José Bonifácio foi um pensador que colocou em seus projetos políticos as temáticas florestais, das formas para desenvolver a agricultura, entre outros temas relacionados à conservação da natureza. Associou, segundo Pádua, o nexos causal entre destruição ambiental e o domínio escravismo. Bonifácio tinha o desejo que o país não

perdesse seu caráter rústico e simples em favor dos maneirismos do modo de vida urbano europeu, como apontou Pádua:

Ao contrário do jovem e entusiasmado economista da Academia de Lisboa em 1970, o Bonifácio maduro, cada vez mais próximo de uma visão estoíca do mundo, entendia o progresso econômico e produtivo como um mero instrumento para o objetivo real de construir a independência política e a afirmação moral da sociedade brasileira. Seu desejo era que o país não perdesse o seu caráter rústico e simples em favor dos maneirismos do modo de vida urbano europeu. Na “Europa culta”, dizia em outra nota manuscrita, “tudo é artificial e monotônico”, enquanto no “ditoso clima do Brasil” era ainda possível “observar o sublime e grandioso da natureza, natureza rica sem ornamentos comprados e bela sem vestidos”. (PÁDUA, 2004, p. 157).

O pensamento de Bonifácio presente nesse excerto quanto ao fato da preferência dele por um aspecto rústico e de “um maneirismo do modo de vida urbano” parece com o pensamento de Cunha que aos dezoito anos de idade quando se encontrava no Colégio Aquino escreveu para o folhetim dessa escola chamado O Democrata em 1884:

É majestoso o que nos rodeia — no seio dos espaços palpita coruscante o grande motor da vida, envolto na clâmide do dia, a natureza ergue-se brilhante e sonora sublime de canções, auroras e perfumes... A primavera cinge, do seio azul da mata, um colar de flores e um sol oblíquo, cálido, num beijo ígneo, ascende na frente granítica das cordilheiras uma auréola de lampejos... por toda a parte da vida...; contudo uma idéia triste nubla-me este quadro grandioso — lançando para a frente o olhar, avisto ali, curva sinistra, entre o claro azul da floresta, a linha da locomotiva, como uma ruga fatal na frente da natureza... Uma ruga sim, sim!...Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre:— o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! E a humanidade não será dos céus que há de partir o grande Basta (botem b grande) que ponha fim a essa comédia lacrimosa a que chama vida; mas sim de Londres; não finir-se-á o mundo ao rolar a última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra... Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor! (CUNHA, 1966, p. 557).

Percebe-se nesse discurso de Euclides da Cunha uma relação com o pensamento de José Bonifácio em que ambos defendem um progresso. Isso porque o progresso para esses autores era solução para o problema ambiental da época. É um argumento que difere do pensamento ambientalista atual, que ver o progresso como causa dos problemas na natureza.

Essa escrita do autor d’os sertões quando ainda era jovem, segundo Ricardo de Oliveira ajusta-se nas discussões sobre “o romantismo de raiz rousseauiana, tanto no que se refere à sua nostalgia da natureza, idealizando harmonia e paz com o mundo

natural, mas também quanto ao tom declamatório, muito comum aos padrões estéticos do romantismo” (OLIVEIRA, 2002, p. 515).

Euclides da Cunha também apresentou por meio de poemas, sensibilidade com a natureza, um amante da mesma e por isso um defensor de sua conservação, característica esta que o situa dentro do quadro de tradição de um pensar sobre a natureza que vem desde Bonifácio ao destacar no poema chamado *Eu quero* de 1883:

Eu quero à doce luz dos vespertinos pálidos
Lançar-me, apaixonado, entre as sombras das matas
Berços feitos de flor e de carvalhos cálidos
Onde a Poesia dorme, aos cantos das cascatas...

Eu quero aí viver _ o meu viver funéreo,
Eu quero aí chorar _ os tristes prantos meus...
E envolto o coração nas sombras do mistério,
Sentir minh'alma erguer-se entre a floresta de Deus!

Eu quero, da ingazeira erguida aos galhos úmidos,
Ouvir os cantos virgens da agreste patativa...
Da natureza eu quero, nos grandes seios túmidos,
Beber a Calma, o Bem, a Crença _ ardente a altiva.

Eu quero, eu quero ouvir o esbravejar das águas
Das asp'ras cachoeiras que irrompem do sertão...
E a minh'alma, cansada ao peso atroz das mágoas,
Silente adormecer no colo da so'idão... (Apud CUNHA, 2002, p. 515)

Pode-se perceber nesse poema que o autor tinha nostalgia com a natureza composta de florestas e parecia que tinha uma visão assim do sertão, onde posteriormente na obra *Os sertões* vai apresentar um sertão diferente daquilo que ele imaginava: um sertão seco, quente, com poucas árvores e habitada pelo homem bravo. Vale ressaltar também que o conceito de sertão era considerado como se fosse uma espécie de interior e o que hoje é representado como capital, na época era litoral. Então, tudo o que não era litoral, era sertão.

Essa nostalgia pela natureza foi demonstrada em correspondências como a que enviou a Domício da Gama:

A vida entre nós, como já te disse noutra carta, mudou. Há um delírio de automóveis, de carros, de cursos, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba — ou que me atrapalha, no meu ursismo incurável. Dá vontade da gente representar a ridícula comédia da virtude, de Catão, saindo por estas ruas de sapatos rotos, camisa de fiapos e cabelos despenteados. Que saudades da antiga simplicidade brasileira.[...]. (Apud CUNHA, 2002, p. 530).

Infere-se dessa correspondência que Cunha gostava de um Brasil simples, rústico e parece ter se decepcionado com o progresso e um país civilizado que tanto defendeu. Passou a ter uma visão “crítica diante da chegada ao país da grande maravilha da modernidade capitalista: o automóvel” (OLIVEIRS, 2002, p. 530).

Esse pensamento de Euclides da Cunha a cerca da natureza prosseguiu em outros escritos, sobretudo na sua obra mais famosa. É *n'os sertões* publicada pela primeira vez em 1902 onde aborda a campanha de Canudos apresentada como um movimento religioso e político que provocou no século XIX uma luta armada entre os sertanejos de Canudos e os expedicionários do governo da Bahia. Nesse contexto de luta, Euclides da Cunha relacionou o homem com a natureza, sendo esta a principal arma do homem sertanejo que adaptado ao lugar conseguiu vencer as primeiras batalhas.

Essa relação do homem com a natureza é identificada, pelo fato do mesmo apresentar o ambiente ou sertão como cenário no qual ocorrerá a luta. Para compreensão dessa luta possivelmente para o autor foi necessário apresentar seu ambiente, denominado como *a terra*, esta é apresentada como uma das armas mais importantes para o sertanejo nessa luta, por causa das dificuldades que esse ambiente apresenta, por ser árido cheio de planaltos e chapadas, com uma vegetação que dificulta a locomoção como a caatinga, dificuldades para aqueles que não eram adaptados a esse tipo de terra, como no caso os expedicionários.

O livro foi estruturado em três partes denominadas a terra, o homem e a luta. Na primeira parte, a terra, o autor apresenta o ambiente ou paisagem que será palco de luta entre os sertanejos e os expedicionários. Ao destacar as características do sertão, é perceptível um minucioso estudo geológico feito pelo autor quando caracteriza “a serra de Monte Santo com um perfil todo oposto aos redondos contornos que lhe desenhou o ilustre Martius, empina-se, a pique, na frente, em possante *dike* de quartzito branco, de azulados tons, em relevo sobre a massa gnássica que constitui toda a base do solo” (CUNHA, 1979, p. 19). Para o estudo geológico da terra sertaneja, Euclides da Cunha, utilizou como referencia estudiosos da natureza, como Martius, Hegel, Humboldt.

Como se faz um deserto e como se extingue um deserto são dois pontos destacados pelo autor que apresenta “o homem como agente geológico notável, que não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o

decorrer da história, papel de um terrível fazedor de desertos” (CUNHA, 1979, p. 48). A feitura do deserto, segundo o autor, é realizada por meio do fogo:

[...]. Livrentemente aceso, sem aceiros, avassalando largos espaços, solto nas lufadas violentas do nordeste. Aliou-se lhe ao mesmo tempo o sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro. [...]. Atacou a fundo a terra, escarificando-a nas explorações a céu aberto; esterilizou-a com os lastros das grupiaras; feriu-a a pontuações de alvião; degradou-a corroendo-a com as águas selvagens das torrentes; e deixou, aqui, ali, em toda a parte, para sempre estéreis, avermelhando nos ermos com o intenso colorido das argilas revolvidas, onde não medra a planta mais exígua, as grandes *catas*, vazias e tristonhas, com a sua feição sugestiva de imensas cidades mortas, derruídas (CUNHA, 1979, p. 48).

Euclides da Cunha procurou entender esse processo de desertificação do solo, no período colonial, como causa da aridez da região. O conhecimento que o mesmo deteve dessa questão faz referências às cartas régias e ao governo colonial, documentos que tratam da proibição dessa ação do homem. As cartas régias de 17 de março de 1796, segundo o autor, “nomeia um juiz conservador das matas, e a de 11 de junho de 1799, decretando que se proíba a desordenada ambição dos habitantes da Bahia e Pernambuco que têm assolado com ferro e fogo preciosas matas” (CUNHA, 1979, p. 49).

No *como se extingue um deserto*, o autor sugeriu características que se remetem a soluções do problema da área, que não é exatamente a extinção do deserto, mas a amenização das consequências desse deserto, que é a seca. Assim Euclides da Cunha destaca algumas utilidades nos quais “idearam-se, luxuosas cisternas de alvenarias; miríades de poços artesianos, perfurando as chapadas; depósitos colossais, ou armazéns desmedidos para as reservas acumuladas, açudes vastos, feitos cáspios artificiais; e por fim estupendos alambiques para a destilação das águas do atlântico” (CUNHA, 1979, p. 51). Assim, a falta de recursos tratada nessa primeira parte da obra, é uma das temáticas utilizadas por historiadores ambientais, além da destruição da natureza.

Ao desenvolver uma sessão no seu livro denominada de *ação no meio na fase inicial da formação das raças*, pode-se deduzir que o autor procurou tratar de como o meio pode influenciar a formação de uma sociedade ao sugerir:

Que o meio não forma as raças, no nosso caso especial variou demais nos diversos pontos do território as dosagens de três elementos essenciais. Preparou o advento de sub-raças diferentes, pela própria diversidade das condições de adaptação. Além disto as condições exteriores atuam gravemente sobre as próprias sociedades constituídas, que se deslocam em migrações seculares aparelhadas embora pelos recursos de uma cultura superior. [...]. Sem nos arriscarmos demais a paralelo ousado, podemos dizer

que para essas reações biológicas complexas, ele tem agentes mais enérgicos que para as reações químicas da matéria (CUNHA, 1979, p. 72).

A adaptação é uma das temáticas ambientais presentes nessa obra, no qual a variabilidade das raças é explicada pela diversidade de condições de adaptação. O autor ao colocar que o seu argumento é um arriscar ousado, se pode supor que talvez não tivesse intenção de cair num determinismo biológico ou geográfico.

Essa associação em relacionar a natureza e o homem como partes que constituem papéis importantes em um processo histórico é presente em demasia nessa obra de Euclides da Cunha. O mesmo chega até comparar o ofício do geólogo com o ofício do historiador ao alegar que “da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, considerando a psicologia da sociedade que o criou” (CUNHA, 1979, P. 114).

O processo de luta, que é a terceira parte de *Os sertões*, Euclides da Cunha enuncia o ambiente natural que é o sertão como uma das armas mais importantes dos vaqueiros e jagunços contra os expedicionários. O ambiente acidentado da região muito dificultou para os expedicionários por não terem plasticidades, isto é, adaptação ao território como tinham os jagunços. O caminho que a primeira expedição percorria com finalidade de chegar a Canudos era a maior dificuldade que tinham que enfrentar. Assim, os jagunços segundo Cunha “não arremetiam mais em chusma sobre a linha desafiando as últimas granadas, flanqueavam-na, em correrias pelos altos, deixando que agisse quase exclusiva, a sua arma formidável, a terra” (CUNHA, 1979, P. 206).

Fazedores de desertos é o título de uma das partes da obra *Contrastes e confrontos* publicada em 1907, de Euclides da Cunha. Nesta começa discutindo sobre a naturalização de mudanças climáticas em São Paulo que em plena primavera se apresenta um verão que desanima pelo esgotamento das plantações, questão esta que está relacionada à temática ambiental referente a recursos. Assim problematiza que:

Toda a vegetação estiva, e esgota-se, desfalecida, precisamente na quadra em que as primeiras chuvas e descargas elétricas, já lhe deviam ter, do mesmo passo, dissolvido os princípios nutritivos do solo e desdobrado, na mais interessante das reações, os que se disseminam profundamente pelos ares (CUNHA, 1975, p. 186.).

No entanto, Euclides da Cunha problematiza essa questão como um processo natural, mas agravado pelo homem, este é representado pelo autor tanto como o homem

da época em que esteve presente e na história com o homem selvagem e o colonizador ao enfatizar que:

Temos sido um agente geológico nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia. É o que nos revela a história. Foi a princípio um mau ensinamento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores pelos cortantes *digis* de diorito, e encoivados os ramos, alastravam-lhes por cima as caitaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, jazendo dali por diante para todos sempre estéril. Veio depois o colonizador e copiou o processo, agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro (CUNHA, 1975, p. 187).

Portanto, podemos perceber que José Bonifácio e Euclides da Cunha, apresentam aspectos da relação do homem com a natureza, seja de domínio do homem, seja de domínio da natureza. As suas argumentações estão marcadas de sensibilidades, além de mostrar que seus olhares já se encontravam treinados para essa percepção em se preocupar com a natureza.

Considerações finais

Euclides da Cunha faz parte de uma tradição de escrita constituída como memória coletiva onde José Bonifácio está presente como antecessor. Essa tradição diz respeito a uma forma de pensar sobre a natureza presente nas mesmas referências citadas por Euclides e Bonifácio. E uma das principais referências apresentada na escrita de ambos está situado o viajante naturalista Alexander Von Humboldt, que foi um sujeito que alguns estudiosos consideram o inventor da natureza tal como a conhecemos composta de rios, plantas, animais.

Para mostrar Euclides da Cunha como um autor que pertenceu a essa tradição de pensamento crítico ambiental, foi analisada alguns dos seus escritos, como o poema *Eu quero*, correspondência, a obra *Os sertões*, *À margem da história*, um tópico de *Contrastes e confrontos*.

Para enfatizar a continuidade de tradição foram apresentados os pensamentos de José Bonifácio para assim fazer uma análise comparativa entre este e Euclides da Cunha e perceber algumas semelhanças. Isso termina por promover Euclides nessa tradição.

assim, Euclides da Cunha dá continuidade sobre um pensamento de crítica ambiental que fazia parte de uma tradição que vem bem antes de José Bonifácio. Além

disso, esse trabalho qualifica uma abertura de pesquisa deixada por José Augusto Pádua em *Um sopro de destruição* onde cita Euclides da Cunha como um intelectual do início da República que dá sequência a esse pensar crítico ambiental.

Referências

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Editora Lello Brasileira, 1967.

CUNHA, E. Fazedores de desertos. In: _____ **Contrastes e confrontos**. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1975.

CUNHA, E. **Os sertões**: Campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

GALVÃO, W. N.; GALOTTI, O. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória, In: **História e memória**, 5ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Bras. Hist.** [online]. 2002, vol. 22, n.44, pp. 511-537. ISSN 0102-0188. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590-01882002000200012>.

PÁDUA, José Augusto. A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e Construção Nacional no pensamento de José Bonifácio. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2000, v 15, nº 44.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil Sobre a Escravatura**. Paris: Typographia de Firmin Didot, 1825. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518681/000022940.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 fev. 2019.

WEHLING, A. **As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. RIHGB, Rio de Janeiro, n. 338, 1983.